



Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades

COMUNICADO

SPLIU contesta, uma vez mais, a prova de acesso à docência, taxas, calendarização, etc., etc., etc..

Sobre este assunto, o SPLIU sempre se manifestou, de forma inequívoca, contra a introdução, e a aplicação, deste absurdo mecanismo regulador de acesso ao exercício da profissão docente, a educadores e professores formados cientificamente e pedagogicamente, desde logo profissionalizados por instituições do ensino superior devidamente acreditadas para o efeito, para determinado grupo de docência.

Se o SPLIU sempre demonstrou a sua posição determinada contra a realização de um exame, que considera ser um ato de provação absurdo e mesquinho relativamente a profissionais devidamente qualificados para o exercício da profissão docente, muitos deles, com dezenas de anos de serviço no sistema educativo português, mais chocado ficou ao ter conhecimento da publicação em DR do Despacho nº 14293-A/2013, de 5 de Novembro.

Se a imposição unilateral por parte do MEC da realização da famigerada prova de avaliação de conhecimentos e competências já consiste numa enorme e absurda aberração política, a publicação do Despacho nº 14293-A/2013, de 5 de Novembro, ainda a exponencia mais!...

O SPLIU contesta veementemente, e promete que fará o que estiver ao seu alcance, para evitar a realização da “estúpida” prova de acesso à profissão docente, e o inqualificável saque económico que o Governo se prepara para fazer aos educadores e professores “contratados”, a maioria deles desempregados. Pedir, é disso que se trata, 20,00 € a um profissional, a maior parte deles sem rendimentos, para realizar uma prova de acesso à sua profissão, gerada e imposta pelo próprio Governo, parece-nos configurar um ato social e económico profundamente escandaloso, merecendo da N/ parte o maior repúdio.

Não concordando em absoluto com a criação deste monstro, que é a dita prova de acesso à profissão docente, não faria sequer sentido abordar o aspeto da calendarização também divulgada pelo supracitado Despacho, não revelasse a mesma o verdadeiro objetivo do Governo com esta coisa: a angariação de mais receita antes de terminar o ano económico de 2013, de uma forma absolutamente despudorada. Existem várias fontes a revelarem que o Governo arrecadará de forma completamente obscena o montante de 1,5 milhões de euros, o que não deixa de se significar que os professores são uma vez mais chamados a pagar a crise de forma exponencial, o que é completamente inaceitável.

Lisboa, 7 de Novembro de 2013

A Direção do SPLIU